

BRASIL

HFB compra teste apesar de estoque

Mesmo com peças no depósito do ministério, unidade desembolsou R\$ 997,2 mil por 3.600 kits RT-PCR

Exclusivo!

BERNARDO COSTA
bernardo.costa@odia.com.br

Houve nova compra por dispensa de licitação de testes RT-PCR para o diagnóstico de covid-19 por hospital federal do Rio, mesmo com testes disponíveis em depósito do Ministério da Saúde, em Guarulhos, em São Paulo, onde, até o dia 9 de dezembro, existiam cerca de sete milhões de unidades estocadas. Desta vez, a aquisição foi feita pelo Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), no valor total de R\$ 997.200 para 3.600 testes. No dia 27 de dezembro, **ODIA** revelou, com exclusividade, que outra compra havia sido feita pelo Hospital Federal dos Servidores (HFSE): 4.500 testes ao preço de R\$ 1,2 milhão.

ODIA apurou que as compras estariam acontecendo devido a uma incompatibilidade entre os testes armazenados no depósito do Ministério da Saúde, da marca coreana Seegene, com os equipamentos disponíveis nos hospitais para a análise das amostras colhidas dos pacientes. Além disso, os kits do Ministério da Saúde estariam incompletos.

A aquisição dos testes pelo governo federal aconteceu



LUCIANO BELFORD

ODIA apurou que as compras estariam acontecendo devido a uma incompatibilidade entre os testes armazenados no depósito do ministério



No final das contas, nenhum dos testes chega à população, deveria ter acesso aos kits

ALEXANDRE TELLES, pres. Sindicato dos Médicos do Rio

em abril, e teria custado R\$ 290 milhões aos cofres públicos, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), que abriu investigação para apurar supostas irregularidades na transação, armazenamento e distribuição dos testes. A investigação está em andamento e sob sigilo.

A nota de empenho da compra feita pelo HFB é do dia 11 de dezembro. O hospital funciona parcialmente, pois

permanece com o Prédio 1 interdito após o incêndio que atingiu a edificação em 27 de outubro. No local, funcionavam os setores de emergência, cirurgias de alta complexidade, enfermarias, hemodiálise e exames de imagens. A Polícia Federal apura as causas do incêndio. Segundo a PF, o inquérito ainda não tem previsão para ser concluído.

“Essas compras mesmo tendo estoque de testes no

Ministério da Saúde são um desperdício de dinheiro público e também falta de operacionalização da logística, o que fez com que houvesse uma compra central e várias outras descentralizadas. No final das contas, nenhuma dessas chega à população, que é quem deveria ter acesso a esses kits”, critica o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Alexandre Telles.

Ministério adquiriu de organização

Os testes RT-PCR em estoque em depósito do Ministério da Saúde foram adquiridos, em abril do ano passado, junto à Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Em novembro, reportagem do Estadão revelou que 6,86 milhões de unidades tinham data de vencimento entre dezembro e janeiro. Outros 283.700 venciam entre fevereiro e março.

Após a denúncia, a Anvisa publicou, em 7 de dezembro, no Diário Oficial da União, norma que estendia o prazo de vencimento dos testes em quatro meses.

Os 3.600 testes comprados pelo HFB custaram R\$ 277 cada. Segundo a empresa que comercializou os testes, todos já foram entregues ao hospital, acompanhados das respectivas notas fiscais.

O Ministério da Saúde não respondeu aos questionamentos da reportagem de **ODIA**.

Anvisa recebe pedido do Butantan

Agência tem dez dias para responder. Fiocruz requereu aval para usar vacina de Oxford

A Anvisa recebeu ontem o pedido de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, da vacina Coronavac. O pedido foi enviado pelo Instituto Butantan, que no Brasil conduz os estudos da vacina desenvolvida pela empresa Sinovac. A agência estima que levará até dez dias para avaliar.

O Butantan garante que a Coronavac tem eficácia de 78% para evitar casos leves da doença e de 100% para quadros moderados e graves. O Ministério da Saúde pretende comprar 100 milhões de doses em 2021, ou seja, toda a produção do instituto.

A Anvisa informou que já iniciou a triagem dos documentos e da proposta de uso emergencial. As primeiras 24h serão usadas para fazer triagem do processo e verificar se todos os documentos necessários estão disponíveis.

Ontem, a Fiocruz pediu à



DIVULGAÇÃO

Butantan garante que Coronavac tem eficácia de 78% em casos leves

Anvisa o aval para o uso emergencial de dois milhões de doses da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca. A agência estima que levará até 10 dias para autorizar ou não.

A Fiocruz deseja distribuir, ainda em janeiro, estas doses

prontas, vindas de fábrica indiana. O produto foi comprado por R\$ 59,4 milhões no momento em que o governo é pressionado para antecipar o calendário de vacinação no Brasil. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, aponta o dia 20 deste mês como data mais otimista para começar a

aplicar as doses no país

A Fiocruz receberá em janeiro insumo farmacêutico para completar a fabricação de cerca de 100 milhões de imunizantes deste modelo. A ideia é que as primeiras unidades sejam liberadas em fevereiro. No segundo semestre, a Fiocruz afirma que fará toda fabricação de outras 110 milhões de unidades. O governo prevê aplicar doses desta vacina em cerca de 50 milhões de brasileiros de grupos prioritários no 1º semestre.

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, decidiu ontem que a União não pode requisitar à empresa produtora de seringas e agulhas cuja compra já tenha sido contratada por São Paulo. Em liminar, determinou também a devolução em 48 horas de qualquer material que já tenha sido entregue à União, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia em caso de descumprimento.



EVARISTO SA / AFP

Bolsonaro: protesto um dia depois de o país atingir triste marca

Ato culpa Bolsonaro por 200 mil mortes

Manifestantes colocaram uma faixa bem em frente ao Palácio do Planalto

Um protesto ontem, em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, acusou o presidente Bolsonaro, pelas 200 mil mortes por covid-19 no Brasil. Os manifestantes colocaram uma faixa em frente ao palácio, com a afirmação: “200 mil mortes: a culpa é sua Bolsonaro”.

A manifestação desencadeou uma “guerra de hashtags” no Twitter. A hashtag movimentada pela oposição, #ImpeachmentBolsonaroUrgente, alcançou os assuntos mais comentados da rede social. O protesto ocorreu um dia depois de o país atingir a triste marca de duas centenas de milhares de mortos. Ontem, um novo pedido de impeachment foi protocolado contra Bolsonaro, desta vez pelo PT. Já são 60 pedidos no total; três deles foram arquivados pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pressionado pela demora em tomar provi-

dências para aquisição de vacinas, Bolsonaro assinou um decreto que reabre crédito extraordinário de R\$ 19,9 bilhões para custear vacinação da população contra a covid-19. O crédito de R\$ 20 bilhões para esse fim estava previsto em medida provisória editada em 17 de dezembro, já no fim do exercício financeiro. Em razão da exiguidade de tempo, explicou o governo, o decreto reabrindo o crédito foi necessário.

O Palácio do Planalto, sede do governo brasileiro, determinou que o cartão de vacinação do presidente Jair Bolsonaro seja colocado sob sigilo de até cem anos. A Presidência informou que as informações de vacinação “dizem respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem”. O presidente se posicionou de forma reiterada contra a vacinação obrigatória e criou teses conspiratórias sobre os imunizantes, como o da Pfizer que poderia transformar os vacinados em jacarés.

Próximos passos da solicitação emergencial

Se aceito, o uso do imunizante vale para o período de pandemia até o registro definitivo

Após o pedido do Butantan à Anvisa, qual serão os próximos passos? A avaliação será feita pela Diretoria Colegiada da agência que levará em consideração itens como qualidade, boas práticas de fabricação, estratégias de monitoramento e controle, e resultados provisórios de ensaios clínicos.

Se aceita, a concessão vale para o período de pandemia até a vacina receber o registro

definitivo, fica restrita ao sistema público de saúde, além do produto só ser liberado para o público previamente definido e testado nos estudos.

Outro ponto importante é que a autorização do uso emergencial não exclui a necessidade de registro sanitário. Ou seja, em caso de aprovação, ainda sim precisará ser oficialmente registrada.

Mas, a agência esclarece que poderão ocorrer modi-

ficações, suspensões ou cancelamentos da autorização temporária a qualquer momento, com base em elementos técnicos e científicos.

Se a Coronavac tivesse obtido autorização de ao menos uma agência reguladora dos EUA, China, Japão ou Europa, o tempo entre pedido e aprovação seria de 72 horas, conforme decisão mantida pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) em 30 de dezembro.

As vacinas AstraZeneca (da Universidade de Oxford), Pfizer (da BioNTech) e Janssen (da Johnson & Johnson) também chegaram a fase de testes 3 no Brasil. Ontem a AstraZeneca fez o pedido de uso emergencial à Anvisa, além da Coronavac. É possível acompanhar o andamento do processo de aprovação das vacinas no site da agência reguladora.